

Câmara começa a discutir fim do voto de liderança

Tina Coelho

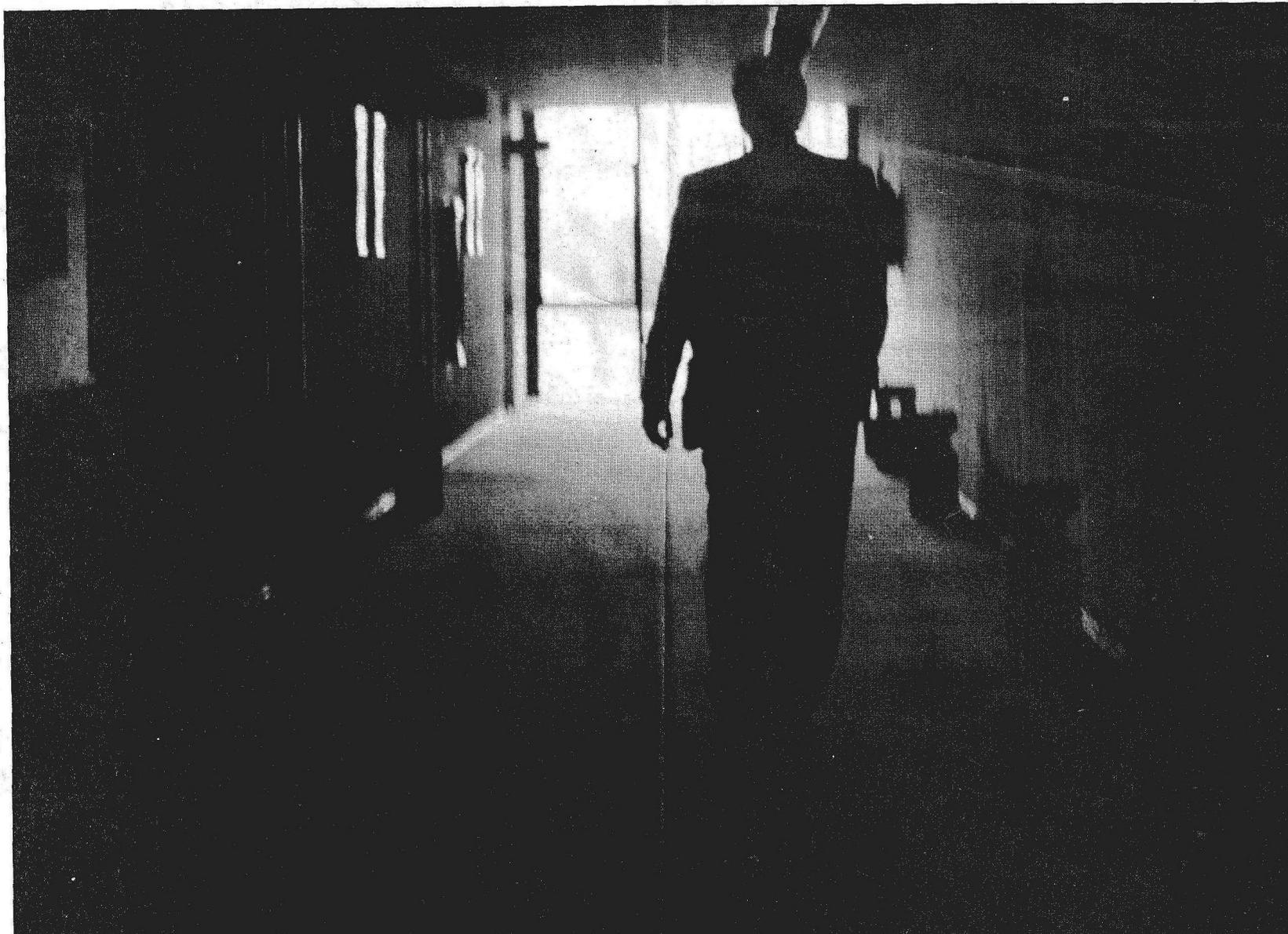
SCHEILA BERNADETE

O voto de liderança — artifício que permite aos líderes dos partidos aprovar ou rejeitar projetos em nome de toda a bancada — promete ser um dos pontos mais polêmicos da Proposta de revisão do Regimento Interno da Câmara, a ser elaborada até o final deste mês. Grande número de parlamentares defende a sua extinção, mas reconhece que a idéia é uma faca de dois gumes: obriga todos à presença diária. Outras propostas geradoras de discussões no Congresso serão o fim do recesso parlamentar e a contratação de parentes de deputados e senadores sem concurso.

“Sugestões como estas visam a aprimorar o funcionamento do Poder Legislativo e estabelecer a racionalidade nos trabalhos”, afirma o primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Adylson Motta (PDS-RS). Ele é o coordenador da Comissão da Reforma do Regimento, composta por 12 deputados, e com um mês para elaborar um anteprojeto de resolução. Presença assídua na Casa, Motta quer iniciar atacando o que chama de “bagunça” do plenário. “Ou seja, entendo que todas as votações devam ser feitas ordenadamente através do painel eletrônico. Isso acabaria com a ‘panelinha’ que comanda o Congresso, especialmente o chamado colégio de líderes”, explica.

O voto de liderança, na realidade, não é tratado no regimento da Câmara. Ele terminou sendo aceito informalmente, como decorrência do voto simbólico, uma norma criada pelos líderes para suprir a frequente falta de quórum. Atualmente, basta que os líderes dos maiores partidos se unam para que qualquer matéria de seus interesses seja aprovada sem a manifestação do plenário.

O vice-líder do PMDB e também participante da revisão do regimento interno, deputado Néelson Jobim (RS) tem opinião diferente. Jobim entende que o colégio de líderes significa uma instância válida de discussões no Parlamento como maneira de agilizar o processo legislativo. “Portanto, não deve ser extinto, mas aprimorado”, acredita ele. Para o vice-líder do PDS, deputado José Lourenço (BA), o voto de liderança pode ser modificado, mas sua extinção não interessa nem à Câmara nem aos deputados, que serão obrigados a gastar horas no plenário votando, na maioria das vezes, os chamados projetos estatísticos, que “não despertam o menor interesse”.



O recesso parlamentar, que deixa o Congresso vazio, está incluído na revisão do Regimento da Câmara e pode ser extinto